





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Celina Leão – PP/DF

maio de 2012 e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A redação originalmente proposta para o caput do art. 8º do PLP nº 149/2019 traz que o pedido de adesão do Estado ou do Distrito Federal ao Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei Complementar no 159, de 19 de maio de 2017, extingue o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal em vigor, nos termos do Regulamento.

A proposta está no sentido de concentrar na homologação da adesão do estado ou do Distrito Federal ao Regime de Recuperação Fiscal e não no seu pedido, de modo a tornar mais efetiva a extinção do Plano em vigência.

Assim, com base nos argumentos legais acima apresentados, solicito o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, de 2020.

Deputada CELINA LEÃO
Progressistas - DF

